



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

SÍNTESE INFORMATIVA DO EDITAL - RETIFICADO 2

Órgão Gerenciador	Prefeitura Municipal de Cataguases – UASG 984305
Processo licitatório nº	064/2024
Pregão Eletrônico nº	039/2024 - Compras Governamentais 90039
Critério de julgamento	Menor preço por lote
Data e horário de abertura para lances:	20/08/2024. Início: 09h (nove horas) Local: www.comprasgovernamentais.gov.br
Local:	www.comprasgovernamentais.gov.br
Objeto do certame	Contratação de empresa especializada em serviços de licença de uso temporário do sistema de gestão em saúde pública, suporte técnico e manutenção corretiva e adaptativa dos sistemas, e treinamento de pessoas indicadas/multiplicadores, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura de Cataguases-MG.
Valor global estimado	R\$ 471.414,17
Informações gerais	Na internet, no site www.cataguases.mg.gov.br e e-mail: pregaocataguases@gmail.com , telefones (32) 3429 2500 Ramal 149 e 150
Referência de tempo	Horário de Brasília
Fundamentação Legal	14.133 de 01 de abril de 2021
Edital retificado	Inclusão de opção de vistoria, item 7.13.9 retificado, item 3 do termo de referência retificado, obrigações do contratado retificado e vigência contratual.
Edital retificado 2	Retificação na qualificação técnica, inclusão de obrigações no ato de assinatura do contrato e retificação na qualificação econômica

- **A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR EM SUA PROPOSTA, OBRIGATORIAMENTE, ENDEREÇO DE E-MAIL VÁLIDO**
- Alguns itens podem apresentar alguma divergência entre a descrição do sistema Comprasnet e o termo de referência, **sendo aceita o item ofertado de acordo com o TERMO DE REFERENCIA e a PROPOSTA COMERCIAL – ANEXO II.**



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2024 (90039)

Processo nº: 064/2024

Data de Abertura para lances: 20/08/2024

Horário: 09 (nove) horas

Local: www.comprasgovernamentais.gov.br

O **MUNICÍPIO DE CATAGUASES**, através da **PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES**, com endereço a Praça Santa Rita, 462 – Centro – Cataguases (MG), por intermédio de seu agente de contratação denominado Pregoeiro o Sr. Neimar Garcia de Oliveira, Pregoeira Substituta a Sra. Janete Aparecida Garcia e Equipe de Apoio, designados pela portaria nº 625/2023, torna público aos interessados a abertura do **Processo Licitatório nº 064/2024**, na modalidade **Pregão na forma ELETRÔNICA nº 039/2024, Tipo Menor Preço, com objeto de contratação de empresa especializada em serviços de licença de uso temporário do sistema de gestão em saúde pública, suporte técnico e manutenção corretiva e adaptativa dos sistemas, e treinamento de pessoas indicadas/multiplicadores, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura de Cataguases-MG**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Municipal nº 4.946 de 2023, Decreto Municipal nº 5.805 de 2023, Lei 13.709 de 14 de agosto de 2018 (LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados) e Lei 12.846 de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção) e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste presente Edital.

1. DO OBJETO DO PREGÃO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para **contratação de empresa especializada em serviços de licença de uso temporário do sistema de gestão em saúde pública, suporte técnico e manutenção corretiva e adaptativa dos sistemas, e treinamento de pessoas indicadas/multiplicadores, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura de Cataguases-MG**, conforme especificado no Termo de Referência e demais anexos, que fazem parte deste Edital independentemente de transcrição.

1.2. A licitação será por lote, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse, quando houver mais de um.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço por lote, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4. A descrição complementar dos itens constantes da Relação de Itens encontra-se no anexo I do Termo de Referência e anexo II modelo de proposta.

1.5. Aplicar-se-á ao presente procedimento os Princípios legalidade, impessoalidade, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, publicidade, eficiência, oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, sempre objetivando o melhor resultado possível para a Administração Pública de Cataguases.

2. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E ÓRGÃO GERENCIADOR

2.1. O órgão gerenciador será a Prefeitura Municipal de Cataguases – UASG 984305

2.2 Os recursos do Órgão Gerenciador para cobrir as despesas decorrentes da aquisição objeto desta licitação correrão à conta da dotação orçamentária a ser definida por cada secretaria responsável:



Centro de Custo

02.09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0012.2.090 – Gestão da Atenção Primária à Saúde.

3.3.90.39.00.00.00.00 02.0621 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (Ficha: 1668)

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

3.6. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Prefeitura Municipal de Cataguases, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.7 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.8 Não poderão participar desta licitação os seguintes interessados:

3.8.1 Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.8.2 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.8.3 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.8.4 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

3.8.5 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.8.6 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.8.7 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.8.8 Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.8.9 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.8.10 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9 O impedimento de que trata o item 3.8.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.8.2 e 3.8.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12 O disposto nos itens 3.8.2 e 3.8.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.14 A vedação de que trata o item 3.8.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.15 O objeto social e/ou cnae deve ser compatível com o objeto do certame.

3.16 Os Licitantes interessados em participar da licitação poderão realizar visita técnica, por representante legal, à Secretaria Municipal de Saúde, situada à R. José Gustavo Cohen, 70 - Vila Tereza, 36772-014, na cidade de Cataguases – MG.

3.17 A visita técnica tem a finalidade de dirimir quaisquer dúvidas que possam existir com relação ao Termo de Referência, e ratificar assim os requisitos fundamentais definidos.



Prefeitura de Cataguases Secretaria de Fazenda

3.18 A visita técnica poderá ser realizada até o dia anterior da data prevista para abertura da sessão, em dias úteis, de 2ª a 6ª feiras, no horário de funcionamento da Secretaria.

3.19 A visita poderá ser agendada na Secretaria Municipal de Saúde através do telefone [\(32\) 3429-2600](tel:(32) 3429-2600), com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis à data estabelecida para abertura da licitação.

3.20 Para efetuar a visita técnica o profissional da proponente deverá apresentar-se à Secretaria Municipal de Saúde, conforme agendamento estabelecido no subitem anterior, munido de documento de identificação, bem como documento que o credencie a representar a empresa, especificamente para a visita, seja através de ato constitutivo, estatuto, contrato social ou requerimento de empresário, em se tratando de sócio de empresa seja instrumento de mandato outorgado por quem de direito, no caso de procurador. O documento de credenciamento poderá ser público ou particular.

3.21 A não realização da visita técnica pelo licitante interessado não será motivo de eliminação do certame, desde que seja apresentada declaração atestando que não realizou visita técnica.

3.22 Os licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldades existentes como justificativa para se eximir das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto do contrato, uma vez que será dado acesso as empresas interessadas, que poderão entrar em contato conforme estabelecido acima, realizando a visita técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3 Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no item 8 e seus subitens.

4.4 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.



Prefeitura de Cataguases Secretaria de Fazenda

4.5 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.6 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.6.1 no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7 A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.8 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.13 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.



4.14 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DA DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1 valor total do item/lote;

5.1.2 Marca;

5.1.3 Descrição do objeto, contendo as informações, que podem ser similares ou de qualidade superior às especificações/informações do Termo de Referência, **ANEXO I deste edital**.

5.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante, para todos os efeitos legais.

5.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.9.1 Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no edital.

5.9.1.1 Na licitação por lote, o preço da proposta de preços vencedora de cada um dos itens que o compõem não pode ultrapassar o preço de referência unitário, salvo quando, justificadamente, o sobrepreço for irrelevante e o lote em seu preço global for vantajoso para a Administração.



5.10 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.

6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.6. O lance deverá ser ofertado pelo **VALOR DO LOTE. A licitação será realizada por lotes/grupos, formados por itens, conforme Tabela constante no modelo da proposta comercial, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem, sob pena de desclassificação.**

6.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,10 (dez centavos).

6.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa “**aberto e fechado**”.

6.12. Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.



Prefeitura de Cataguases Secretaria de Fazenda

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.21. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.



Prefeitura de Cataguases Secretaria de Fazenda

6.22. Caso um fornecedor integre contrato utilizado para a formação do preço estimado ou tenha apresentado orçamento para tanto, a sua contratação somente será permitida se o valor ofertado na consulta eletrônica for igual ou menor aquele que compõe o preço de referência, salvo justificativa constante nos autos.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.8 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);
- c) Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais - TCE-MG;
- d) Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Minas Gerais (CAGEF), gerenciado pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG; só induzirá ao impedimento de licitar e de contratar com o Município de Cataguases caso a referida penalidade seja a declaração de inidoneidade.
- e) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- f) Cadastro Municipal de Empresas Inidôneas e Suspensas

7.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

7.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

7.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

7.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

7.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4 Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 4.6 deste edital.

7.6 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

- 7.7 Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 7.7.1 conter vícios insanáveis;
 - 7.7.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
 - 7.7.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 7.7.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 7.7.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.8 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.8.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do Agente de Contratação, que comprove:
- 7.8.1.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - 7.8.1.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.9 Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- 7.9.1 Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
 - 7.9.2 No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;
 - 7.9.3 No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
 - 7.9.4 Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 7.10 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.11 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.11.1 Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.



7.12 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

7.12.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.12.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.13 DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA

7.13.1 PROVA DE CONCEITO no âmbito dos processos de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC: “Prova de Conceito: amostra a ser fornecida pelo LICITANTE classificado provisoriamente em primeiro lugar para realização dos testes necessários à verificação do atendimento às especificações técnicas definidas no Termo de Referência ou Projeto Básico”. **A empresa terá um prazo de 03 (três) dias corridos para entrar em contato para o agendamento da amostra que será presencial.**

7.13.1.1 A data da apresentação será informada via chat pelo Pregoeiro.

7.13.2 A decisão de realizar uma amostra presencial para a contratação de uma empresa especializada em licença de uso temporário do sistema de gestão em saúde pública, suporte técnico, manutenção corretiva e adaptativa dos sistemas de gestão em saúde pública, treinamento de pessoas indicadas/multiplicadores, além de implantação do sistema de gestão em saúde pública e capacitação com hora técnica de treinamento, foi cuidadosamente ponderada e fundamentada nos seguintes aspectos:

7.13.3 Avaliação da Adequação às Necessidades Específicas: Nossas necessidades em gestão de saúde pública são únicas e variadas, e uma amostra presencial nos permite avaliar como a empresa concorrente planeja atender a essas necessidades de forma específica e adaptada à nossa realidade local. A interação direta durante a amostra nos permite discutir requisitos específicos e garantir que a solução proposta seja adequada e eficaz para nossos propósitos.

7.13.4 Demonstração da Qualidade do Suporte Técnico: O suporte técnico é essencial para garantir o funcionamento contínuo e eficaz dos sistemas de gestão em saúde pública. Durante a amostra presencial, podemos avaliar a qualidade e a responsividade do suporte técnico oferecido pela empresa concorrente, testando a resolução de problemas em tempo real e avaliando a eficácia das soluções apresentadas.

7.13.5 Avaliação da Experiência do Usuário e Usabilidade: A usabilidade do sistema é crucial para garantir a adoção e a eficácia da solução de gestão em saúde pública. A realização de uma amostra presencial nos permite testar diretamente a interface do usuário, a navegabilidade do sistema e a intuitividade das funcionalidades, garantindo que o sistema seja amigável e fácil de usar para todos os usuários, desde os profissionais de saúde até os administradores.

7.13.6 Interatividade e Esclarecimento de Dúvidas: A interação direta durante a amostra presencial proporciona uma oportunidade única para esclarecer dúvidas, discutir detalhes técnicos e explorar possíveis customizações ou adaptações necessárias para atender às nossas necessidades específicas. Esse diálogo em tempo real é fundamental para garantir que a solução proposta esteja alinhada com nossos objetivos e requisitos operacionais.

7.13.7 Demonstração da Capacidade de Treinamento e Implantação: A implantação bem-sucedida de um sistema de gestão em saúde pública requer não apenas tecnologia eficaz, mas também treinamento adequado e suporte durante todo o processo. Durante a amostra presencial, podemos avaliar a metodologia de



Prefeitura de Cataguases Secretaria de Fazenda

treinamento proposta pela empresa concorrente, bem como sua capacidade de implantar o sistema de forma eficiente e eficaz.

7.13.8 Diante desses fatores, consideramos que a realização de uma amostra presencial é essencial para garantir a seleção da empresa mais adequada e preparada para atender às nossas necessidades em gestão de saúde pública.

7.13.9 A amostra deverá ser realizada em horário e data que serão definidos em comum acordo entre as partes exclusivamente em dias úteis.

7.13.10 Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação, após a sessão pública de lances, previstos neste edital, a Prefeitura definirá em até 02 (dois) dias úteis a hora e local para realização da demonstração funcional do sistema preposto pelo licitante.

7.13.11 A amostragem deverá simular, em tempo de execução, cada uma das funcionalidades técnicas descrita nesse termo de referência, observado o mínimo exigível e os itens essenciais.

7.13.12 Deverá ser comprovado, por meio de demonstração nas dependências da Prefeitura, o atendimento de: (I) 100% dos itens marcados como "OBRIGATÓRIOS"; (II) pelo menos 90% dos itens remanescentes descritos neste termo de referência. Os itens exigidos encontram-se no anexo XX

7.13.13 Cada licitante será responsável pelos recursos tecnológicos necessários para a realização da PROVA DE CONCEITO, tais como projetor, microcomputador, mouse, teclado, servidores, cabos para rede local e elétrica, bem como qualquer outro equipamento necessário.

7.13.14 Para resguardar a eficácia, segurança, comprovação imediata das funcionalidades do software em análise, bem como os direitos de propriedade intelectual, autoral e comercial do software analisado, não será permitido o uso de internet no ambiente de amostragem, por quaisquer presentes na sessão, incluindo qualquer tipo de aparelho eletrônico. Exceto para a empresa na qual estará realizando a demonstração.

7.13.15 Caso o licitante não consiga por meio de PROVA DE CONCEITO atender as exigências, o mesmo será desclassificado, ocasião em que será chamado o próximo colocado na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até que um atenda as exigências necessárias.

7.13.16 Concluída a DEMONSTRAÇÃO DA PROVA DE CONCEITO, a comissão irá se pronunciar quanto à qualificação técnica da licitante e da adequação ao edital do sistema por ela proposto apenas ao final da avaliação de todos os itens indicados neste termo de referência, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

7.13.17 Uma vez aprovado o sistema, deverá ser emitido pela Comissão Especial de Avaliação um termo atestando que a empresa atende ao termo de referência quanto a qualificação técnica.

7.13.18 As demais empresas participantes deverão ser notificadas, no mesmo prazo da melhor classificada, para, se assim desejarem, acompanhar a PROVA DE CONCEITO.

7.13.19 A amostragem deverá preferencialmente ocorrer em período máximo de 2 (dois) dias úteis e em horário comercial. Sua prorrogação, entretanto, poderá ocorrer, conforme decisão fundamentada da Comissão Especial de Avaliação.

7.13.20 Qualquer que seja a interrupção da amostragem, os equipamentos destinados à sua execução deverão manter-se intocáveis no local de sua verificação, sob pena de encerramento imediato da amostragem. Nesta hipótese, os itens até então não apresentados serão considerados como não presentes no sistema.



Prefeitura de Cataguases Secretaria de Fazenda

7.13.21 A sessão da amostragem é pública, sendo permitido o seu acompanhamento por quaisquer interessados, não sendo permitida a intervenção durante a execução da análise. Eventuais manifestações poderão ser levantadas posteriores à amostragem, por escrito em até 02 (dois) dias úteis.

✓ Rua: José Gustavo Cohen, Nº 70, Bairro - Vila Tereza, Cidade de Cataguases – Minas Gerais, CEP: 36.772-014.

Comissão Técnica para Avaliação do Sistema

✓ Jonas de Souza Barbosa

E-mail: diretoriasaudecataguases@gmail.com

Tefefone: 32-3429-2600 ramal: 202

✓ Permar Farinha Júnior

E-mail: psfcatuagases@gmail.com

Tefefone: 32-3429-2600 ramal: 210

✓ Marcos José Vieira de Castro

E-mail: faturamnetocataguases@gmail.com

Tefefone: 32-3429-2600 ramal: 223

8 DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.3 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.4 Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser anexados na plataforma do Compras Governamentais quando for solicitado pelo pregoeiro, e deverão ser apresentados em original quando for solicitado.

8.5 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.6 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.7 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.8 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

8.9 A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.9.1 Nível I – Credenciamento:

8.9.1.1 Inscrição CNPJ

8.9.1.2 CPF do(s) dirigente (es), sócio(s);

8.9.2 Nível II – Habilitação Jurídica:

8.9.2.1 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e alterações em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado do documento de eleição de seus administradores.

8.9.3 Nível III - Regularidade Fiscal Federal e trabalhista:

8.9.3.1 Prova de Regularidade com a Fazenda Federal (Secretaria da Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional-Dívida Ativa) e INSS.

8.9.3.2 Prova de Regularidade relativa a Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

8.9.3.3 Prova de Regularidade Trabalhista (CNDT).

8.9.4 Nível IV - Regularidade Fiscal Estadual e Municipal:

8.9.4.1 Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual;

8.9.4.2 Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal.

8.9.5 Nível V - Da Qualificação Técnica

8.9.5.1 Atestado de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.9.6 Qualificação Econômico-Financeira:

8.9.6.1 Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

8.9.6.2 Balanço patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício (demonstrações contábeis) dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

8.9.6.2.1 Serão considerados aceitos como na forma da lei o Balanço Patrimonial (inclusive o de abertura) e Demonstração do Resultado do Exercício que apresentem valores dos 2 (dois) últimos exercício, conforme art. 176, § 1º da Lei 6.404/76 e inciso I do art. 69 da Lei 14.133/2021 e assim apresentados:

- a) publicados em Diário Oficial; ou
- b) publicados em Jornal; ou
- c) por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente; ou
- d) por cópia ou fotocópia do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, ou;



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

e) Por Escrituração Contábil Digital (ECD), através da apresentação de cópia do SPED, devidamente transmitido via eletrônica, e obrigatoriamente, observado o prazo de entrega estipulado no art. 1078 da Lei Federal nº 10.406/2002.

8.9.6.2.2. Quando se tratar de sociedade constituída a menos de um ano, essa deverá apresentar apenas o balanço de abertura, o qual deverá conter a identificação legível e assinatura do responsável contábil da empresa, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, bem como ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente;

8.9.6.2.3 Quando se tratar de sociedade constituída há menos de dois anos, os documentos referidos limitar-se-ão ao último exercício.

8.9.7 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

8.9.8 Documentação Complementar:

8.9.8.1 Serão exigidas, ademais, dos licitantes as declarações dos arts 62 e ss da NLLC.

8.9.8.1.1 Declaração de que está ciente e concorda com as condições contidas neste Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no referido documento, para todos os efeitos legais, sob pena de aplicação das sanções cabíveis. **(conforme modelo anexo IV)**

8.9.8.1.2 Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas. **(conforme modelo anexo V)**

8.9.8.1.3 Declaração de que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas. **(conforme modelo anexo VI)**

8.9.8.1.4 Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal ou societário, servidor do Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 9º, § 1º da Lei nº 14.133/2021. **(conforme modelo anexo VII)**

8.9.8.1.5 Declaração que não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com o Chefe do Poder Executivo Municipal ou com agente público municipal que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau; **(conforme modelo anexo VIII)**

8.9.8.1.6 Declaração que nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista; **(conforme modelo anexo IX)**

8.9.8.1.7 Declaração de que não há sanções vigentes que legalmente proibam a participante de licitar e/ou contratar com o contratante. **(conforme modelo anexo X)**



Prefeitura de Cataguases Secretaria de Fazenda

8.9.8.1.8 Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição; **(conforme modelo anexo XI)**

8.10 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

8.10.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

8.11 A verificação pelo Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.11.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (DUAS HORAS), prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação.

8.11.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

8.12 A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.12.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.12.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.13 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

8.13.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.13.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14 Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.15 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo determinado.

8.16 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.



8.17 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

8.18 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DOS RECURSOS

9.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.1.1 o licitante poderá, ao final da sessão e no prazo de até 10 (dez) minutos, recorrer das decisões tomadas durante a sessão da licitação;

9.3.1.2 o agente de contratação examinará a aceitabilidade do recurso na sessão, podendo:

a) recusá-lo, se:

1. relativo a decisões e atos anteriores à sessão;

2. ausentes os requisitos de admissibilidade do recurso, quais sejam: sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação.

b) rever a decisão questionada, praticando os atos necessários;

c) receber o recurso, encaminhando-o para decisão após o fim do prazo para apresentação das razões e contrarrazões recursais.

9.3.2 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.3.3 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.



9.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.cataguases.mg.gov.br.

10 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO E ASSINATURA DO CONTRATO

10.1 O objeto da licitação será adjudicado/homologado ao licitante declarado vencedor, pela Autoridade Competente.

10.2 **No ato de assinatura do contrato**, o vencedor deverá possuir no seu quadro de funcionários ao menos um profissional graduado da área de Gestão de Projetos e Atenção Básica que será responsável pelo pleno funcionamento da gestão.

10.2.1 A comprovação poderá ser feita por meio de diploma/certificação de conclusão do curso.

10.2.2 Comprovação do vínculo do(s) responsável(eis) técnico(s) com a empresa, o que poderá ser realizado por meio da apresentação de:

- a)** Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, ou Cópia da folha do livro de Registro de Empregados, ou
- b)** Cópia do Contrato Social ou Ato Constitutivo em vigor, em caso de sócio ou diretor ou
- c)** Cópia do Contrato de Prestação de Serviços.

10.3 Os equipamentos e o armazenamento dos dados deverão estar, **no momento de assinatura do contrato**, hospedados em um DATACENTER certificado, o qual atende os padrões da Tier III, ISO20000, ISO27001 e ISAE3402 ou similar;

11. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. A garantia mínima dos serviços conforme termo de referência.

12. DA ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

12.1 Os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

12.2 Poderá ser substituído a marca/modelo do produto, quando for o caso, objeto do contrato, a requerimento do Contratado, desde que fique comprovada a impossibilidade ou dificuldade momentânea ou definitiva de obtenção do produto anteriormente contratado, nas condições pactuadas, seja ofertado novo produto com características equivalentes ou superiores às do anterior, e qualquer acréscimo financeiro seja de responsabilidade do contratado conforme legislação vigente.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

15.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência/Projeto Básico.

14. DO PAGAMENTO

14.1 O pagamento decorrente da concretização desta licitação será efetuado pelo Setor Financeiro da Prefeitura Municipal de Cataguases, por processo legal, **no prazo de 30 (trinta) dias** após a apresentação da Nota Fiscal, desde que atendidas as exigências do Edital.

14.2 A Nota Fiscal/Fatura terá que ser emitida, obrigatoriamente, com o número de inscrição no CNPJ apresentado para a Habilitação, não se admitindo Notas Fiscais/Faturas emitidas com outros CNPJ, mesmo



aqueles de filiais ou matriz, salvo se, no caso de tributos e contribuições das filiais, quando, a empresa estiver autorizada a centralizá-los em sua Matriz ou Sede;

14.3 Os documentos comprovando tal centralização deverão ser fornecidos pelos órgãos competentes, constando da documentação apresentada na Habilitação.

14.4 A dotação orçamentária destinada ao pagamento do objeto licitado será prevista e indicada no processo, pela área competente da Prefeitura Municipal de Cataguases, sendo:

Centro de Custo 02.09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0012.2.090 – Gestão da Atenção Primária à Saúde.

3.3.90.39.00.00.00.00 02.0621 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (Ficha: 1668)

14.5 Quando for constatada qualquer irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, será imediatamente solicitada à empresa adjudicatária carta de correção quando couber, ou ainda pertinente regularização, que deverá ser encaminhada no prazo de 2 (dois) dias úteis.

14.6 Caso a contratada não apresente carta de correção no prazo estipulado, o prazo para pagamento será recontado, a partir da data da sua apresentação.

14.7 O valor estimado para contratação é de R\$ 471.414,17 (quatrocentos e setenta e um mil e quatrocentos e quatorze reais e dezessete centavos), de acordo com o mapa analítico anexo.

14.8 No preço proposto já deverão estar incluídos todos os custos necessários para o cumprimento do objeto da licitação, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado.

14.9 A empresa deverá observar e cumprir o Decreto 5.811/2023 para as emissões da NF em relação às retenções do IR.

15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

15.1 O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações, conforme disposto nos arts. 155 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

15.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

15.2.1 advertência;

15.2.2 multa;

15.2.3 impedimento de licitar e contratar;

15.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que **aplicou a penalidade**.

15.2.5 na aplicação das sanções serão considerados:

15.2.6 a natureza e a gravidade da infração cometida;

15.2.7 as peculiaridades do caso concreto;

15.2.8 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

15.2.9 os danos que dela provierem para a Administração Pública;



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

15.2.10 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.3 A sanção prevista no item 15.1 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

15.3.1 dar causa à inexecução parcial do contrato; 10% do valor da parcela inadimplida;

15.3.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; 15% do valor do contrato;

15.3.3 dar causa à inexecução total do contrato; 20% do valor do contrato;

15.3.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame; 5% do valor do contrato;

15.3.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; 10% do valor do contrato;

15.3.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; 5% do valor do contrato;

15.3.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado; 10% do valor do contrato;

15.3.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato; 30% do valor do contrato;

15.3.9 fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; 30% do valor do contrato;

15.3.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; **30% do valor do contrato;**

15.3.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; **30% do valor do contrato;**

15.3.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. 30% do valor do contrato;

15.4 A sanção prevista no item 15.3.2 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos 15.3.1, 15.3.2, 15.3.3, 15.3.4, 15.3.5 e 15.3.6, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

15.4.1 A sanção prevista no item 15.3.4 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos 15.3.8, 15.3.9, 15.3.10, 15.3.11 e 15.3.12 do caput do art. 155 da lei 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

15.4.2 A sanção estabelecida no item 15.3.4 será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

15.4.2.1 quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência da autoridade competente.

15.4.2.2 As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do caput deste artigo.

15.4.2.3 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.



Prefeitura de Cataguases Secretaria de Fazenda

15.4.2.4 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ao Município.

15.5 As infrações e sanções deverão ser apuradas por uma comissão processante nomeada para as atribuições.

16. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

16.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

16.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico www.cataguases.mg.gov.br, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

16.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por meio de endereço eletrônico: pregaocataguases@gmail.com

16.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

16.5 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

16.6 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

17.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

17.2 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

17.3 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17.4 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.5 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.6 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

17.7 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.8 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

17.9 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.compras.gov.br e www.cataguases.mg.gov.br

17.10 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I - Termo de Referência



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

Anexo II - Modelo de proposta de preços;
Anexo III – Minuta de Termo de Contrato/Ata de registro de preços
Anexo IV - MODELO DE DECLARAÇÃO REQUISITOS DE HABILITAÇÃO
Anexo V - MODELO DE DECLARAÇÃO RESERVA DE CARGO
Anexo VI - MODELO DE DECLARAÇÃO ATENDIMENTO DE DIREITOS TRABALHISTAS
Anexo VII - MODELO DE DECLARAÇÃO SERVIDOR PUBLICO
Anexo VIII - MODELO DE DECLARAÇÃO VÍNCULO DE NATUREZA ECONOMICA
Anexo IX - MODELO DE DECLARAÇÃO CONDENAÇÃO DE 05 CINCO ANOS.
Anexo X - MODELO DE DECLARAÇÃO SANÇÕES VIGENTES
Anexo XI - MODELO DE DECLARAÇÃO NÃO EMPREGA MENOR
Anexo XII - Cotação de preços/Mapa analítico
Anexo XIII - Estudo técnico preliminar (ETP)
Anexo XIV - Decreto 5.811/2023 (IR)
Anexo XV - Termo de referência e demandas
Anexo XVI - Relação dos itens no ComprasGovernamentais
Anexo XVII - Lei 4.853/2022
Anexo XVIII - Lei 4.971/2023
Anexo XIX - Parecer jurídico abertura do processo
Anexo XX - Requisitos obrigatórios demonstração do sistema
Anexo XXI - Impugnação da empresa Vivver Sistemas Ltda;
Anexo XXII - Ofício da Secretaria de Saúde
Anexo XXIII - Resposta da Pregoeira
Anexo XXIV - Resposta Impugnação RAS Sec. de Saúde
Anexo XXV - Resposta da Pregoeira RAS

18 O FORO

18.1 O Foro competente para dirimir as controvérsias desse Edital é o da Comarca de Cataguases, Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 2º da Lei Federal nº 10.153/2.009 ou do art. 59, da Lei Complementar Estadual nº 059/2001.

Cataguases, 01 de agosto de 2024.

José Henriques
Prefeito de Cataguases



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

ANEXO I

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 064/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2024 (90039)

- **ELABORADO PELO SETOR DE COMPRAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DA PMC.**

TERMO DE REFERÊNCIA - LEI 14.133/2021
MODALIDADE - Pregão Eletrônico

IDENTIFICAÇÃO DO DEMANTANTE

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Saúde

SETOR REQUISITANTE: Secretaria Municipal de Saúde

ASSUNTO: Serviço de Licença de uso temporário do sistema de gestão em saúde pública, suporte técnico e manutenção corretiva e adaptativa.

OBJETO DO PROCESSO: Processo Licitatório (Lei 14.133/2021) do tipo Pregão, na forma Eletrônica, do tipo menor preço (por lote), para contratação de empresa especializada em licença de uso temporário do sistema de gestão em saúde pública, suporte técnico e manutenção corretiva e adaptativa dos sistemas de gestão em saúde pública e treinamento de pessoas indicadas/ multiplicadores, além de implantação do sistema de gestão em saúde pública e capacitação com hora técnica de treinamento por um período de 12 meses, para a Secretaria de Saúde Municipal de Saúde Cataguases - MG.

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Contratação de empresa especializada em licença de uso temporário do sistema de gestão em saúde pública, suporte técnico e manutenção corretiva e adaptativa dos sistemas de gestão em saúde pública e treinamento de pessoas indicadas/ multiplicadores, além de implantação do sistema de gestão em saúde pública e capacitação com hora técnica de treinamento.

O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns.

A contratação supracitada enquadra-se como, serviço, tendo em vista seu caráter de atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse da Administração, nos termos do art. 6º, inciso XI, da Lei Federal nº 14.133/2021.

O prazo de vigência da contratação é até 31 de dezembro de 2024 a partir da assinatura do contrato.

Conforme Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, art. 42:

“É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.”

O contrato pode ser prorrogado de acordo com o art. 107 da Lei 14.133/2021 desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

O contrato oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à contratação.

DESCRIÇÃO, ESPECIFICAÇÃO E QUANTIDADE

A Administração da Secretaria Municipal de Saúde visa contratar uma empresa para prestação de serviços de licenciamento mensal de uso de Sistema Integrado de Gestão em Saúde que demonstre o detalhamento das várias etapas que vão da implantação (instalação, migrações, configurações, treinamentos etc.), testes e operação assistida.

A metodologia e organização de trabalho deverão considerar que toda implantação será gerida de forma projetada com ciclo de vida definido, de acordo com a Lei 14.133/2021; Art. 18, § VIII.

Entende-se que os ciclos de vida são compostos por levantamento de detalhamento de requisitos:

a) A cada Autorização de Fornecimento emitida pela Secretaria Municipal de Saúde, fica a cargo da contratada a execução de todo o ciclo de vida do desenvolvimento/implantação de sistemas. Ou seja, a CONTRATADA é responsável desde o levantamento de requisitos de cada AF até a sua operação assistida.

b) Todas as atividades e ações da contratada devem ser gerenciadas pela Subsecretaria de Tecnologia da Informação.

O prazo de implantação será definido em comum acordo entre as partes, de acordo com o tamanho e complexidade de cada módulo, sendo o prazo máximo em até 90 dias corridos, a partir do envio da Autorização de Fornecimento. O definido no item anterior, poderá ser prorrogado a critério desta Secretaria Municipal de Saúde de acordo com a Lei.



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

Lote 1

item	Descrição	Qtd	Und	Valor Unitário	Valor Total	Código
1	Contratação de empresa especializada em licença de uso temporário do sistema de gestão em saúde pública, suporte técnico e manutenção corretiva e adaptativa dos sistemas de gestão em saúde pública e treinamento de 650 pessoas indicadas / multiplicadores.	12	Mês	R\$ 31.430,16	R\$ 377.161,92	27081
2	Hora Técnica Capacitação com hora técnica de treinamento.	100	Horas	R\$ 142,10	R\$ 14.210,00	
3	Implantação do sistema de gestão em saúde pública	03	Mês	R\$ 26.680,75	R\$ 80.042,25	
Total Geral:					R\$ 471.414,17	

A aceitabilidade das propostas dos LICITANTES encontra embasamento legal na IN nº 1, de 04 de abril de 2019, expedida pelo Ministério da Economia/Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital/Secretaria de Governo Digital, que no seu art. 2º, XXIV define a **PROVA DE CONCEITO** no âmbito dos processos de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC: “Prova de Conceito: amostra a ser fornecida pelo LICITANTE classificado provisoriamente em primeiro lugar para realização dos testes necessários à verificação do atendimento às especificações técnicas definidas no Termo de Referência ou Projeto Básico”.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Atualmente a cidade de Cataguases está aparelhada para prestação de serviços de um Sistema integrado de Gestão em Saúde Pública, em atendimento à diversas áreas da Secretaria Municipal de Saúde, contemplando os 66.261 habitantes residentes no município que o constitui, de acordo com o último Censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Para tal exercício diário de funcionamento dos serviços de referência para o município, é dispendido enorme esforço operacional, financeiro e de materiais diversos, buscando o cumprimento e eficiência de modo a assegurar os direitos dos usuários com a melhor qualidade possível.

Neste formato, entretanto, o sistema deve permitir o avanço das exigências da Secretaria Municipal de Saúde. Nessa direção a integração de dados deve-se oferecer uma integração às rotinas e atividades do SUS em seu município, preservando dessa forma o atendimento aos seus princípios e diretrizes:

Vincular os usuários atendidos a um prontuário único que não apenas contenha informações sobre procedimentos realizados, mas que possa ser alimentado quando da solicitação do atendimento e que possa retornar ao processo de contra referência para a atenção primária após o atendimento especializado;

Além disso, uma nova solução tecnológica deverá conter todas aquelas funcionalidades já em operação no sistema atual como credenciamento de profissionais; controle de agenda de procedimentos e transportes; faturamento; controle de medicamentos prescritos e estoque;

Entretanto, uma solução tecnológica integrada ao SUS permitiria avançar na articulação dos atendimentos e atividades rotineiras da Secretaria Municipal de Saúde, como ao permitir:

Integrar a farmácia municipal de modo a refinar o controle dos itens dispensados para cada usuário e mantendo à disposição dos médicos do município sobre o histórico de medicamentos dispensados a cada um;

Abrir a possibilidade para que os próprios profissionais de saúde possam fazer os encaminhamentos para as consultas e exames especializados ofertados, bem como acessar os resultados;

Abrir a possibilidade de classificação de urgência nas solicitações;

Regulação do acesso assistencial com possibilidade de controle de fila de espera central e segregada pelo município;

Aprofundar, na medida das possibilidades concedidas pelo SUS, a integração das atividades com os sistemas mantidos pelo Ministério da Saúde / DATASUS, como BPA, APAC, CNES, SIGTAP, entre outros;

A maior integração ao SUS permitirá ainda qualificar o processo, o que torna a compilação de informações para estas finalidades dependentes da mobilização de planilhas, manuscritos, entre outros suportes, tornando tal esforço em vão diante da perda diária de registros e da desarticulação entre informações.

Diante do cenário dinâmico e desafiador no âmbito da Gestão Pública de Saúde, admite-se a necessária continuidade de uma Plataforma de Gestão Integrada em Saúde para o município de Cataguases. Tal medida visa manter a otimização e eficiência, a transparência e a qualidade dos serviços prestados à população, mas também em conformidade com os ditames legais e normativos para o funcionamento, alinhando-se com os anseios contemporâneos de uma administração pública eficaz e centrada no bem-estar dos cidadãos.

Entre as vantagens em aderir/manter uma ferramenta tecnológica de gestão integrada estão:

a) Integração e Centralização de Dados: Uma plataforma centralizada que permita a integração de dados com diferentes setores da saúde do município, proporcionando uma integração regional do SUS sob uma visão holística e facilitando a tomada de decisões, no nível assistencial e de gestão, embasadas em informações precisas e atualizadas;



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

b) Agilidade no Atendimento e Marcação de Consultas: A plataforma agiliza o processo de marcação de consultas, exames e procedimentos, reduzindo o tempo de espera dos pacientes e garantindo um fluxo mais eficiente nos serviços de saúde;

c) Gestão Eficiente de Recursos: A alocação de recursos torna-se mais eficiente com a centralização, possibilitando maior controle financeiro sobre a administração dos recursos, bem como integração de informações sobre recursos humanos e materiais resultando em maior eficácia nas intervenções de saúde;

d) Monitoramento em Tempo Real: O sistema oferece a capacidade de monitorar, em tempo real, diversos indicadores de saúde de modo a permitir uma resposta mais rápida a eventos epidemiológicos, surtos ou demandas específicas da população;

e) Melhoria na Comunicação e Gestão da Informação: A integração das informações disponíveis da comunicação eficaz, favorece a coordenação de esforços e a implementação de estratégias.

A implantação objetiva ainda:

a) Melhoria da Qualidade do Atendimento: Busca constante pela excelência no atendimento, assegurando que a população receba serviços de saúde de qualidade e alinhados às melhores práticas;

b) Otimização da Gestão de Recursos: Utilização mais eficiente dos recursos disponíveis, evitando desperdícios decorrentes da redundância ou duplicação de procedimentos, garantindo a sustentabilidade financeira dos serviços de saúde;

c) Aprimoramento da Transparência: Garantia de transparência nas ações do sistema de saúde no nível da região abrangida, promovendo a participação cidadã e fortalecendo a confiança da população nas instituições públicas;

d) Redução das Desigualdades no Acesso: Implementação de estratégias que visem reduzir as disparidades no acesso aos serviços de saúde, promovendo equidade e inclusão;

e) Integração entre sistemas de informação: Integrar a Plataforma ao máximo aos sistemas do Ministério da Saúde, diminuindo o retrabalho na informação da Rede Municipal, e ainda mitigando erros de digitação.

Tal providência poderá trazer como resultados visíveis:

a) Eficiência Operacional: A centralização e integração proporcionará uma gestão mais eficiente, reduzindo burocracias e melhorando a alocação de recursos;

b) Redução das Filas e Tempo de Espera: A agilidade na marcação de consultas e a gestão otimizada resultarão em uma significativa redução das filas e do tempo de espera nos serviços de saúde;

c) Melhoria nos Indicadores de Saúde: O monitoramento em tempo real permitirá a identificação precoce de problemas de saúde pública, contribuindo para a implementação de ações preventivas e a melhoria dos indicadores de saúde da população do município;

d) Satisfação do Usuário: A oferta de serviços mais ágeis, integrados e de qualidade aumentará a satisfação dos usuários, fortalecendo a relação entre a comunidade e os serviços de saúde na região;

e) Economia de Recursos Financeiros: A gestão otimizada dos recursos financeiros resultará em economias substanciais, que poderão ser direcionadas para a expansão e aprimoramento dos serviços de saúde;

Considerando as informações, a continuidade de uma Plataforma de Gestão Integrada da Saúde representa um passo significativo na modernização e eficácia da Gestão Pública da Saúde no município de Cataguases. Acreditamos que esta iniciativa contribuirá não apenas para o enfrentamento de desafios atuais, mas também para a necessária integração ao SUS com o seu fortalecimento no plano regional a longo prazo. Estamos confiantes de que esta proposição reflete os anseios por uma administração de saúde mais eficiente e centrada no bem-estar da comunidade.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO.

Com o propósito de respaldar, de maneira abrangente, não apenas a Administração Municipal da Saúde, mas, sobretudo, o cidadão em todas as suas aspirações, empreendemos uma análise da consonância de soluções à luz das tecnologias disponíveis no cenário atual. Delimitamos, assim, as principais funcionalidades imprescindíveis para atender a demanda de todas as áreas beneficiadas.

Eis, portanto, as funcionalidades elementares necessárias para a condução íntegra da administração, gestão e prestação de serviços à população:

Administração da Plataforma com controles como: Farmácia e Almoxarifado, Faturamento, Portal de Informações, Business Intelligence (BI), Unidade de Controle, Regulação e Ouvidoria.

Deverá ainda contar com: Estratégia de Saúde da Família móvel (ESF móvel), Laboratório, Vigilância em Saúde, Zoonoses, Ambiental, Tratamento fora de domicílio e transporte para serviços e Gerenciamento de filas.

Deverá se intercomunicar no mínimo com os seguintes sistemas do Ministério da Saúde: CADSUS, CNES, SIGAF, RNDS, SIGTAP.

Contar com BPA-C e BPA-I, RAAS, APAC, AIH e e-SUS.

Deverá prover, Gestão da Regulação, Regulação Interna, Controle de PPI, Controle de Contrato, gerir as Regras de Regulação e controlar a Demanda Reprimida.

A solução ora selecionada deverá contar, imperiosamente, com a gestão e controle modular dos seguintes serviços: Segurança do sistema, Tratamento Fora do Domicílio (TFD), Vigilância em Saúde, Zoonoses e ainda e-SUS.

Descrição dos Requisitos da Contratação

Ampliar e qualificar o acesso aos serviços de saúde, em tempo adequado, com ênfase na humanização, equidade e no atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica, especializada e ambulatorial.

Implantar e informatizar as Unidades de Saúde, próprias, no âmbito do SUS no Município;

Implantar a utilização do Prontuário Eletrônico para todas as Unidades de Saúde;

Prover a integração e disponibilização de informações de saúde no âmbito do SUS garantindo maior assertividade nas ações estratégicas de saúde;



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

A facilidade proporcionada pela utilização dos recursos tecnológicos é cada vez mais essencial no desenvolvimento das atividades das Unidades de Saúde. Sendo assim, torna-se imprescindível a existência de serviços continuados com ativos de TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação) e profissionais técnicos suficientes e capacitados para garantir a continuidade e o adequado funcionamento dos serviços de atendimento à população;

Possibilitar a restauração da operação normal dos serviços com mínimo de impacto nos processos de negócios de TIC, dentro dos elementos mínimos de prestações de serviços e prioridades estabelecidos;

Capacitar, durante a implantação, os servidores municipais indicados pela Contratante de forma a garantir adequada e plena utilização do sistema;

O treinamento presencial poderá ser realizado por pessoa, de forma exclusiva ou em turmas, conforme relação de usuários a ser apresentada pelo Contratante;

Os treinamentos presenciais deverão ser ministrados nas instalações da Secretaria Municipal de Saúde, em Cataguases/MG, onde estarão disponíveis a infraestrutura necessária;

Na hipótese de treinamentos realizados na modalidade à distância, desde que solicitado pela Contratada e autorizado pela Contratante, a Contratada deverá utilizar-se de plataforma de videoconferência de sua inteira responsabilidade, disponibilizando ainda ambiente online com permissão de acesso por usuário e senha;

A Contratada deverá disponibilizar ambiente EaD (Ensino a Distância) com vídeos, tutoriais e conteúdos relativos aos treinamentos, sem qualquer custo à Contratante e com acesso ilimitado para todos os servidores e empregados públicos do município e dos entes da administração pública envolvidos neste processo licitatório;

O conhecimento deverá ser repassado para os usuários, a fim de que possam utilizar os sistemas e habilitá-los a executar as tarefas de operação e gestão. O treinamento deverá possibilitar todas as operações de inclusão, alteração, exclusão e consulta referente a cada funcionalidade, bem como os cálculos e processos, emissão de relatórios e sua respectiva análise;

Durante o treinamento, os usuários terão acesso a todas as informações necessárias para a operação dos sistemas, compreenderão o papel das funções dos sistemas e a mudança da sua rotina de trabalho para a nova rotina com o uso dos sistemas;

A carga horária mínima do treinamento presencial será de 8 (oito) horas, divididas em grupos de 3 (três) a 30 (trinta) participantes, sendo extensivo a todos os servidores usuários indicados pela Contratante, devendo ser executado no horário de expediente da Secretaria Municipal de Saúde (segunda a sexta), ou seja, das 8:00 às 12:00 e de 14:00 às 18:00 nos locais indicados pela Contratante. Excepcionalmente, poderá ser realizado nos finais de semana mediante comum acordo;

O Sistema deverá estar orientado de acordo com a Política Nacional de Informação e Informática em Saúde – PNIS e com a Rede Nacional de Dados em Saúde – RNDIS;

O Sistema deverá estar em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);

Os prestadores de serviço da Contratada, nas dependências das Unidades de Saúde, devem estar devidamente identificados por meio de crachá funcional ou equivalente;

O acesso ao sistema deverá ocorrer a partir de qualquer lugar, através do uso de login, senhas e de acordo com as normativas legais existentes;

Os profissionais da Contratada deverão trajar-se de maneira adequada, quando no ambiente da Contratante, e usar linguagem respeitosa e formal no trato com a Gestão e/ou Fiscalização Contratual, os dirigentes da Contratante e usuários; Princípios de responsabilidade ambiental devem embasar os serviços ofertados pela Contratada, deve utilizar metodologias que contribuam para a redução do impacto ambiental;

A Contratada deverá implementar políticas visando à conscientização e sensibilização de seus empregados para a utilização adequada dos recursos utilizados na geração dos serviços objeto desta contratação;

Os prazos para entrega da solução deverão obedecer aos prazos determinados no cronograma de execução;

O plano de implantação apresentado pela Contratada será submetido à prévia aprovação do município;

O plano de implantação terá como prazo de execução máximo os critérios definidos no cronograma de execução;

A Contratada deverá, após conclusão de cada atividade realizada para implantação da solução, solicitar o Termo de Aceite Definitivo da Implantação, acaso ateste o término do processo de implantação;

Compreende-se como implantação a instalação, migração / conversão de dados, configuração e a entrega operacional da solução de forma que o software possa ser utilizado plenamente nas Unidades de Saúde;

O(s) técnico(s) da Contratada responsável(is) pela instalação e configuração dos softwares, deve(m) estar apto(s) para a atividade;

A disponibilização da solução, suporte e manutenção deve ser realizada por profissionais que possuam experiência na solução adquirida, que lhes confirmem as competências necessárias para a realização dos respectivos serviços;

A equipe técnica da Contratada deverá ser composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da Solução de Tecnologia da Informação;

A execução dos serviços, objeto deste documento, será acompanhada e fiscalizada por representantes da Contratante;

A Contratada iniciará a implantação das configurações definidas pela Contratante conforme descrito no cronograma de execução;

A Contratada deverá realizar todas as atividades necessárias à disponibilização da solução respeitando o horário de funcionamento das Unidades de Saúde;

A Contratada deverá garantir a segurança das informações da Contratante e se compromete a não divulgar ou fornecer a terceiros, em momento algum, quaisquer dados e informações que tenha recebido da Contratante, a menos que autorizado formalmente e por escrito para tal;

A Contratada deverá possuir no seu quadro de funcionários, um Gerente de Projetos com formação acadêmica e experiência comprovada, e um profissional com formação acadêmica e experiência comprovada em Gerenciamento em Atenção Básica da Saúde, com a finalidade de comprovar a qualificação técnica;



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

Os documentos comprobatórios a ser apresentados poderão ser do mesmo profissional, desde que atendam aos requisitos nas quantidades mínimas a seguir descritas:

Profissional / Responsabilidade	Quantidade Mínima	Documentos Comprobatórios
Gerente de Projetos	1	<ul style="list-style-type: none">• Certificação de formação em nível superior.• Atestado com experiência comprovada na implantação da solução contratada, conforme objeto.
Gerenciamento em Atenção Básica da Saúde	1	<ul style="list-style-type: none">• Certificação de formação em nível superior.• Atestado com experiência comprovada na implantação da solução contratada, conforme objeto.

A abrangência do objeto a ser licitado (unidades de saúde sob administração públicamunicipal) poderá ser verificada através de consulta no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES, através do portal eletrônico <https://cnes.datasus.gov.br/>. O licitante também poderá optar pela vistoria técnica *in loco* nos termos e condições do Edital.

Ademais, encontra-se a tabela em anexo (anexo II) das unidades de saúde a serem abrangidas pelo objeto da contratação.

Os Licitantes interessados em participar da licitação poderão realizar visita técnica, por representante legal, à Secretaria Municipal de Saúde, situada à R. José Gustavo Cohen, 70 - Vila Tereza, 36772-014, na cidade de Cataguases – MG.

A visita técnica tem a finalidade de dirimir quaisquer dúvidas que possam existir com relação ao Termo de Referência, e ratificar assim os requisitos fundamentais definidos.

A visita técnica poderá ser realizada até o dia anterior da data prevista para abertura da sessão, em dias úteis, de 2ª a 6ª feiras, no horário de funcionamento da Secretaria.

A visita poderá ser agendada na Secretaria Municipal de Saúde através do telefone [\(32\) 3429-2600](tel:32-3429-2600), com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis à data estabelecida para abertura da licitação.

Para efetuar a visita técnica o profissional da proponente deverá apresentar-se à Secretaria Municipal de Saúde, conforme agendamento estabelecido no subitem anterior, munido de documento de identificação, bem como documento que o credencie a representar a empresa, especificamente para a visita, seja através de ato constitutivo, estatuto, contrato social ou requerimento de empresário, em se tratando de sócio de empresa seja instrumento de mandato outorgado por quem dedireito, no caso de procurador. O documento de credenciamento poderá ser público ou particular.

A não realização da visita técnica pelo licitante interessado não será motivo de eliminação do certame, desde que seja apresentada declaração atestando que não realizou visita técnica.

Os licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldades existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto do contrato, uma vez que será dado acesso às empresas interessadas, que poderão entrar em contato conforme estabelecido acima, realizando a visita técnica.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO/ SUSTENTABILIDADE

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

3.1. SUBCONTRATAÇÃO

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

3.2. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

Será exigida garantia durante a vigência do contrato.

3.3. DA INDICAÇÃO DE MARCAS OU MODELOS

Não há a necessidade de indicação de marca específica para este objeto, desde que as marcas ofertantes atendam TODAS as especificações acerca do produto que se pretende adquirir.

Os modelos seguem descritos neste TR, assim como no ETP anexo a este.

3.4. DA VEDAÇÃO DE MARCAS OU MODELOS

Não se aplica neste caso.

3.5. DA VEDAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE MARCA OU PRODUTO

Não se aplica neste caso.



3.6. DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA

PROVA DE CONCEITO no âmbito dos processos de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC: “Prova de Conceito: amostra a ser fornecida pelo LICITANTE classificado provisoriamente em primeiro lugar para realização dos testes necessários à verificação do atendimento às especificações técnicas definidas no Termo de Referência ou Projeto Básico”. A empresa terá um prazo de 03 (três) dias corridos para entrar em contato para o agendamento da amostra que será presencial.

A decisão de realizar uma amostra presencial para a contratação de uma empresa especializada em licença de uso temporário do sistema de gestão em saúde pública, suporte técnico, manutenção corretiva e adaptativa dos sistemas de gestão em saúde pública, treinamento de pessoas indicadas/multiplicadores, além de implantação do sistema de gestão em saúde pública e capacitação com hora técnica de treinamento, foi cuidadosamente ponderada e fundamentada nos seguintes aspectos:

Avaliação da Adequação às Necessidades Específicas: Nossas necessidades em gestão de saúde pública são únicas e variadas, e uma amostra presencial nos permite avaliar como a empresa concorrente planeja atender a essas necessidades de forma específica e adaptada à nossa realidade local. A interação direta durante a amostra nos permite discutir requisitos específicos e garantir que a solução proposta seja adequada e eficaz para nossos propósitos.

Demonstração da Qualidade do Suporte Técnico: O suporte técnico é essencial para garantir o funcionamento contínuo e eficaz dos sistemas de gestão em saúde pública. Durante a amostra presencial, podemos avaliar a qualidade e a responsividade do suporte técnico oferecido pela empresa concorrente, testando a resolução de problemas em tempo real e avaliando a eficácia das soluções apresentadas.

Avaliação da Experiência do Usuário e Usabilidade: A usabilidade do sistema é crucial para garantir a adoção e a eficácia da solução de gestão em saúde pública. A realização de uma amostra presencial nos permite testar diretamente a interface do usuário, a navegabilidade do sistema e a intuitividade das funcionalidades, garantindo que o sistema seja amigável e fácil de usar para todos os usuários, desde os profissionais de saúde até os administradores.

Interatividade e Esclarecimento de Dúvidas: A interação direta durante a amostra presencial proporciona uma oportunidade única para esclarecer dúvidas, discutir detalhes técnicos e explorar possíveis customizações ou adaptações necessárias para atender às nossas necessidades específicas. Esse diálogo em tempo real é fundamental para garantir que a solução proposta esteja alinhada com nossos objetivos e requisitos operacionais.

Demonstração da Capacidade de Treinamento e Implantação: A implantação bem-sucedida de um sistema de gestão em saúde pública requer não apenas tecnologia eficaz, mas também treinamento adequado e suporte durante todo o processo. Durante a amostra presencial, podemos avaliar a metodologia de treinamento proposta pela empresa concorrente, bem como sua capacidade de implantar o sistema de forma eficiente e eficaz.

Diante desses fatores, consideramos que a realização de uma amostra presencial é essencial para garantir a seleção da empresa mais adequada e preparada para atender às nossas necessidades em gestão de saúde pública.

A amostra deverá ser realizada em horário e data que serão definidos em comum acordo entre as partes exclusivamente em dias úteis.

Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação, após a sessão pública de lances, previstos neste edital, a Prefeitura definirá em até 02 (dois) dias úteis a hora e local para realização da demonstração funcional do sistema preposto pelo licitante.

A amostragem deverá simular, em tempo de execução, cada uma das funcionalidades técnicas descrita nesse termo de referência, observado o mínimo exigível e os itens essenciais.

Deverá ser comprovado, por meio de demonstração nas dependências da Prefeitura, o atendimento de: (I) 100% dos itens marcados como “OBRIGATORIOS”; (II) pelo menos 90% dos itens remanescentes descritos neste termo de referência. Os itens exigidos encontram-se no anexo XX

Cada licitante será responsável pelos recursos tecnológicos necessários para a realização da PROVA DE CONCEITO, tais como projetor, microcomputador, mouse, teclado, servidores, cabos para rede local e elétrica, bem como qualquer outro equipamento necessário.

Para resguardar a eficácia, segurança, comprovação imediata das funcionalidades do software em análise, bem como os direitos de propriedade intelectual, autoral e comercial do software analisado, não será permitido o uso de internet no ambiente de amostragem, por quaisquer presentes na sessão, incluindo qualquer tipo de aparelho eletrônico. Exceto para a empresa na qual estará realizando a demonstração.

Caso o licitante não consiga por meio de PROVA DE CONCEITO atender as exigências, o mesmo será desclassificado, ocasião em que será chamado o próximo colocado na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até que um atenda as exigências necessárias.

Concluída a DEMONSTRAÇÃO DA PROVA DE CONCEITO, a comissão irá se pronunciar quanto à qualificação técnica da licitante e da adequação ao edital do sistema por ela proposto apenas ao final da avaliação de todos os itens indicados neste termo de referência, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

Uma vez aprovado o sistema, deverá ser emitido pela Comissão Especial de Avaliação um termo atestando que a empresa atende ao termo de referência quanto a qualificação técnica.

As demais empresas participantes deverão ser notificadas, no mesmo prazo da melhor classificada, para, se assim desejarem, acompanhar a PROVA DE CONCEITO.

A amostragem deverá preferencialmente ocorrer em período máximo de 2 (dois) dias úteis e em horário comercial. Sua prorrogação, entretanto, poderá ocorrer, conforme decisão fundamentada da Comissão Especial de Avaliação.



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

Qualquer que seja a interrupção da amostragem, os equipamentos destinados à sua execução deverão manter-se intocáveis no local de sua verificação, sob pena de encerramento imediato da amostragem. Nesta hipótese, os itens até então não apresentados serão considerados como não presentes no sistema.

A sessão da amostragem é pública, sendo permitido o seu acompanhamento por quaisquer interessados, não sendo permitida a intervenção durante a execução da análise. Eventuais manifestações poderão ser levantadas posteriores à amostragem, por escrito em até 02 (dois) dias úteis.

✓ Rua: José Gustavo Cohen, Nº 70, Bairro - Vila Tereza, Cidade de Cataguases – Minas Gerais, CEP: 36.772-014.

Comissão Técnica para Avaliação do Sistema

✓ Jonas de Souza Barbosa

E-mail: diretoriasaudecataguases@gmail.com

Tefone: 32-3429-2600 ramal: 202

✓ Permar Farinha Júnior

E-mail: psfcataguases@gmail.com

Tefone: 32-3429-2600 ramal: 210

✓ Marcos José Vieira de Castro

E-mail: faturamnetocataguases@gmail.com

Tefone: 32-3429-2600 ramal: 223

4. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

Os serviços deverão ser efetuados após o envio da Autorização de Fornecimento ao CONTRATANTE, respeitando os quantitativos, descrições e local de entrega contidos no e-mail de envio.

O prazo de execução será definido em comum acordo entre as partes, de acordo com o tamanho e complexidade de cada módulo, sendo o prazo máximo em até 90 dias corridos, a partir do envio da Autorização de Fornecimento.

Caso não seja possível a execução na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado.

As detentoras do presente Contrato serão obrigadas a atender ao pedido num todo.

Se a qualidade dos serviços executados não corresponderem às especificações exigidas não será aceito, devendo ser substituída no prazo máximo de 05 (cinco) dias.

Os Serviços deverão ser entregues acompanhados da nota fiscal.

5. DA GARANTIA DOS OBJETOS

O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078 de 11 de Setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

A CONTRATADA deverá substituir o serviço no local indicado, sem nenhum custo adicional, durante o prazo de garantia, os produtos que apresentarem defeitos de fabricação.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA é obrigada a pagar todos os tributos, contribuições fiscais que incidam ou venham incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos/ objetos deste Termo de Referência;

A CONTRATADA deverá colocar na nota fiscal o número da autorização de fornecimento e o número de empenho.

A CONTRATADA deverá executar o serviço, no local indicado, que será definido em comum acordo entre as partes, de acordo com o tamanho e complexidade de cada módulo, sendo o prazo máximo em até 90 dias corridos, a partir do envio da Autorização de Fornecimento.

A CONTRATADA deverá executar o serviço segundo a descrição, nas quantidades discriminadas na Autorização de Fornecimento enviada previamente.

A emissão do recebimento definitivo não eximirá o fornecedor de suas responsabilidades, nem invalidará ou comprometerá qualquer reclamação que o órgão contratante venha a fazer, baseada na existência de produto inadequado ou defeituoso.

A CONTRATADA deverá arcar com todos os ônus referentes a transportes e fretes necessários à execução do objeto.

A CONTRATADA deverá prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE.

A CONTRATADA deverá fornecer como parte integrante do licenciamento mensal os serviços de hospedagem em nuvem para o sistema ofertado, próprio ou terceirizado, sob a sua exclusiva responsabilidade, providenciando a instalação, configuração e parametrização hospedando-a em datacenter especializado, configurado com escalabilidade automática de requisições, processamento e armazenamento, sem qualquer custo adicional para a CONTRATANTE caso seja necessário aumento de capacidade de processamento e/ou armazenamento, garantindo sua disponibilidade tanto quanto a estabilidade técnico-operacional para o correto funcionamento do sistema;

O datacenter deve possuir firewall de borda com técnicas redundantes, a fim de prevenir invasão por falhas nos protocolos TCP/IP, bem como, deve realizar análise do tráfego a fim de inibir ataques do tipo SQL Injection e/ou DDoS (negação de serviço) e possuir disponibilidade multizona e replicação automática de dados, assegurando disponibilidade imediata dos serviços em caso de queda de um dos ambientes;

O datacenter deverá prestar atendimento técnico integral 24x7x365, compreendendo gestão da infraestrutura responsável pelas máquinas virtuais, segurança da operação e backup diário;

Os equipamentos e o armazenamento dos dados deverão estar hospedados em um DATA CENTER certificado, o qual atende os padrões da Tier III, ISO20000, ISO27001 e ISAE3402;



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

O datacenter, seja próprio da CONTRATADA ou terceirizado, deverá possuir SLA (Garantia do Nível de Serviço) igual ou superior a 99,7%, e tempo de inatividade não superior a 2 (duas) horas, considerando as seguintes situações:

a) Críticas: quando impedem o uso do sistema e devem ser resolvidas em até 2 (duas) horas;

b) Médias: quando impedem o uso de uma ou mais operações não críticas, e devem ser resolvidas em até 4 (quatro) horas; e,

c) Baixas: quando surgem dúvidas ou problemas que não impeçam a operação normal do sistema, e devem ser resolvidas em até 24 (vinte e quatro) horas.

Serão desconsiderados para efeito da verificação do nível do SLA mensal, em razão do atendimento ao percentual de estabilidade descrito no item anterior, as seguintes situações que, por ventura, ocorram e causem a inatividade do sistema integrado:

Manutenções programadas pela CONTRATADA no Centro de Dados e/ou no sistema integrado, desde que, devidamente comunicados antecipadamente, em pelo menos 24 (vinte e quatro) horas, pela CONTRATADA à CONTRATANTE;

Incidência de fatores fora do controle razoável da CONTRATADA, tais como, porém, sem se limitar a estes: desastres naturais, guerra, atos de terrorismo, tumultos, ações do governo ou falha generalizada nos sistemas de telecomunicação de grande relevância externos ao Centro de Dados;

A CONTRATADA deverá prover todos os hardwares e softwares necessários para a execução do sistema integrado contratado;

O datacenter deverá permitir a portabilidade de dados e aplicativos e que as informações do órgão CONTRATANTE estejam disponíveis para transferência de localização, em prazo adequado e sem custo adicional, de modo a garantir a continuidade do negócio e possibilitar eventual transição contratual;

A CONTRATADA deve garantir que as informações sob custódia do fornecedor serão tratadas como informações sigilosas, não podendo ser usadas por este fornecedor ou fornecidas a terceiros, sob nenhuma hipótese, sem autorização formal do CONTRATANTE;

Há de se garantir a utilização de datacenter de porte adequado, que possua certificações quanto à sua infraestrutura e processos de segurança, emitidas por organismos de reconhecimento nacional e/ou internacional, passíveis de comprovação, assim como que já estejam consolidados no mercado brasileiro, similares e compatíveis, por exemplo, com os padrões dos seguintes datacenters, entretanto sem se limitar a estes, não tendo relevância a ordem a seguir: Microsoft Azure; IBM Cloud, Google Cloud, Amazon AWS; Equinix e LocaWeb IDC, dentre outros de mesmo nível;

Fornecer relatórios em meio digital, relativo ao SLA mensal observado, sempre que a CONTRATANTE solicitar, relativamente ao período que especificar, considerando o impacto de eventuais intercorrências, a fim de demonstrar a disponibilidade, seja quanto ao provimento do acesso, via internet pública, tanto quanto a estabilidade técnico-operacional do sistema.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE deverá efetuar o pagamento da Nota fiscal nos prazos acordados no contrato.

A CONTRATANTE deverá NOTIFICAR quando necessário a CONTRATADA através do setor de Licitações, fixando-lhe prazo para corrigir irregularidades observadas na execução do objeto;

A CONTRATANTE não se obriga a realizar a aquisição do quantitativo total;

A CONTRATANTE poderá rejeitar, no todo ou em parte, o objeto em desacordo com as especificações e condições deste Termo de Referência.

8. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A fiscalização do contrato:

✓ Jaqueline Bastos Coutinho

9. RESPONSÁVEL PELA COTAÇÃO DE PREÇOS

Cotação de preços:

✓ Lucas Estevão Almeida

10. RECEBIMENTO

Os objetos serão recebidos de forma provisória, sumária, no ato da entrega juntamente com a Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

11. LIQUIDAÇÃO

Quando for constatada qualquer irregularidade na Nota Fiscal, será imediatamente solicitada à empresa adjudicatária carta de correção quando couber, ou ainda pertinente regularização, que deverá ser encaminhada no prazo máximo de 02 dias úteis.

12. PAGAMENTO

O pagamento do objeto deste termo será efetuado em moeda corrente, através de ordem bancária, sem juros e atualização monetária, até 30 dias após a apresentação de Nota Fiscal.

13. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO (Lei 14.133/2021, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR LOTE.



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

14. FORMA DE FORNECIMENTO

O fornecimento do objeto será de forma PARCELADA.

15. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA, FISCAL, SOCIAL, TRABALHISTA E ECONÔMICO-FINANCEIRA

Os documentos necessários para habilitação do fornecedor se encontrarão descritos em tópico específico contido no edital.

16. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

17. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo total estimado para o referido serviço é de R\$ 471.414,17 (quatrocentos e setenta e um mil e quatrocentos e quatorze reais e dezessete centavos).

18. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da dotação orçamentária do orçamento em vigor.

Centro de Custo

02.09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0012.2.090 – Gestão da Atenção Primária à Saúde.

3.3.90.39.00.00.00.00 02.0621 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação

(Ficha: 1668)

Vinicius Franzoni Barbosa Ferreira
Secretário Municipal de Saúde

Flávia de Souza Werneck
Elaboração do Termo de Referência

Lucas Estevão Almeida
Cotação de Preços

Jaqueline Bastos Coutinho
Fiscalização de Contrato

Alterações solicitadas:

No ato de assinatura do contrato, o vencedor deverá possuir no seu quadro de funcionários ao menos um profissional graduado da área de Gestão de Projetos e Atenção Básica que será responsável pelo pleno funcionamento da gestão.

A comprovação poderá ser feita por meio de diploma/certificação de conclusão do curso.

Comprovação do vínculo do(s) responsável(eis) técnico(s) com a empresa, o que poderá ser realizado por meio da apresentação de:

- a) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, ou Cópia da folha do livro de Registro de Empregados, ou
- b) Cópia do Contrato Social ou Ato Constitutivo em vigor, em caso de sócio ou diretor ou
- c) Cópia do Contrato de Prestação de Serviços.

Os equipamentos e o armazenamento dos dados deverão estar, **no momento de assinatura do contrato**, hospedados em um DATACENTER certificado, o qual atende os padrões da Tier III, ISO20000, ISO27001 e ISAE3402 ou similar;



ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 064/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2024 (90039)

Tipo de Licitação: MENOR PREÇO por lote

Data: 20 de agosto de 2024 **Horário:** 9 (nove) horas

Local: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE:

CNPJ:

ENDEREÇO:

EMAIL:

TELEFONE:

DADOS BANCÁRIOS:

Lote 1					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO/DESCRIÇÃO	UNID.	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Contratação de empresa especializada em licença de uso temporário do sistema de gestão em saúde pública, suporte técnico e manutenção corretiva e adaptativa dos sistemas de gestão em saúde pública e treinamento de 650 pessoas indicadas / multiplicadores.	Mês	12		
2	Hora Técnica Capacitação com hora técnica de treinamento.	Horas	100		
3	Implantação do sistema de gestão em saúde pública	Mês	03		
				TOTAL DO LOTE:	

Declaramos para os devidos fins e sob as penas da lei que:

1- Estão incluídas, nos preços cotados, todas as despesas, de qualquer natureza, incidentes sobre o cumprimento do objeto deste Pregão.

2- Será cumprido o fornecimento de acordo com a especificação da proposta e com o edital, a partir da assinatura do contrato.

3- Esta proposta tem validade de _____ dias. (mínimo de 60 dias).

_____, ____ de _____ de 2024
(Cidade e data)

(representante legal)



ANEXO III

MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CATAGUASES, POR MEIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES E _____, PARA SERVIÇOS DE LICENÇA DE USO TEMPORÁRIO DO SISTEMA DE GESTÃO EM SAÚDE PÚBLICA, SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO CORRETIVA E ADAPTATIVA DOS SISTEMAS, E TREINAMENTO DE PESSOAS INDICADAS/MULTIPLICADORES, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DA PREFEITURA DE CATAGUASES-MG.

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE CATAGUASES**, Estado de Minas Gerais, com sede à Praça Santa Rita, 462 – Centro, Cataguases (MG), CNPJ/MF 17.702.499/0001-81, doravante denominada **ADMINISTRAÇÃO CONTRATANTE**, representada neste ato pelo Exmo. Sr. Prefeito, José Henriques, e de outro lado _____, com endereço na _____, representado neste ato por _____, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo nº 064/2024 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, Lei Municipal nº 4.946 de 2023, Decreto Municipal nº 5.805 de 2023, Lei 13.709 de 14 de agosto de 2018 (LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados) e Lei 12.846 de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção) e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste presente Edital, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico 039/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO (Art. 92, I e II)

1.1 Contratação de empresa especializada em serviço de licença de uso temporário do sistema de gestão em saúde pública, suporte técnico e manutenção corretiva e adaptativa dos sistemas, e treinamento de pessoas indicadas/multiplicadores, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura de Cataguases-MG, a saber:

Lote 1					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO/DESCRIÇÃO	UNID.	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Contratação de empresa especializada em licença de uso temporário do sistema de gestão em saúde pública, suporte técnico e manutenção corretiva e adaptativa dos sistemas de gestão em saúde pública e treinamento de 650 pessoas indicadas / multiplicadores.	Mês	12		
2	Hora Técnica Capacitação com hora técnica de treinamento.	Horas	100		
3	Implantação do sistema de gestão em saúde pública	Mês	03		
				TOTAL DO LOTE:	

1.2 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1 O Termo de Referência do edital referente ao PL 064/2024;

1.2.2 A Proposta do contratado; e

1.2.3 Eventuais anexos dos documentos que compõem o processo.

CLÁUSULA SEGUNDA: VIGÊNCIA

2.1 O prazo de vigência da contratação é de e finalizado em **31 de dezembro de 2024**.

2.2 Conforme Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, art. 42:

“É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.”

2.3 O contrato pode ser prorrogado de acordo com o art. 107 da Lei 14.133/2021 desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. Eis, portanto, as funcionalidades elementares necessárias para a condução íntegra da administração, gestão e prestação de serviços à população:

3.2. Administração da Plataforma com controles como: Farmácia e Almoxarifado, Faturamento, Portal de Informações, Business Intelligence (BI), Unidade de Controle, Regulação e Ouvidoria.

3.3. Deverá ainda contar com: Estratégia de Saúde da Família móvel (ESF móvel), Laboratório, Vigilância em Saúde, Zoonoses, Ambiental, Tratamento fora de domicílio e transporte para serviços e Gerenciamento de filas.



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

- 3.4.** Deverá se intercomunicar no mínimo com os seguintes sistemas do Ministério da Saúde: CADSUS, CNES, SIGAF, RND, SIGTAP.
- 3.5.** Contar com BPA-C e BPA-I, RAAS, APAC, AIH e e-SUS.
- 3.6.** Deverá prover, Gestão da Regulação, Regulação Interna, Controle de PPI, Controle de Contrato, gerir as Regras de Regulação e controlar a Demanda Reprimida.
- 3.7.** A solução ora selecionada deverá contar, imperiosamente, com a gestão e controle modular dos seguintes serviços: Segurança do sistema, Tratamento Fora do Domicílio (TFD), Vigilância em Saúde, Zoonoses e ainda e-SUS.
- 3.8.** Ampliar e qualificar o acesso aos serviços de saúde, em tempo adequado, com ênfase na humanização, equidade e no atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica, especializada e ambulatorial.
- 3.9.** Implantar e informatizar as Unidades de Saúde, próprias, no âmbito do SUS no Município;
- 3.10.** Implantar a utilização do Prontuário Eletrônico para todas as Unidades de Saúde;
- 3.11.** Prover a integração e disponibilização de informações de saúde no âmbito do SUS garantindo maior assertividade nas ações estratégicas de saúde;
- 3.12.** A facilidade proporcionada pela utilização dos recursos tecnológicos é cada vez mais essencial no desenvolvimento das atividades das Unidades de Saúde. Sendo assim, torna-se imprescindível a existência de serviços continuados com ativos de TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação) e profissionais técnicos suficientes e capacitados para garantir a continuidade e o adequado funcionamento dos serviços de atendimento à população;
- 3.13.** Possibilitar a restauração da operação normal dos serviços com mínimo de impacto nos processos de negócios de TIC, dentro dos elementos mínimos de prestações de serviços e prioridades estabelecidos;
- 3.14.** Capacitar, durante a implantação, os servidores municipais indicados pela Contratante de forma a garantir adequada e plena utilização do sistema;
- 3.15.** O treinamento presencial poderá ser realizado por pessoa, de forma exclusiva ou em turmas, conforme relação de usuários a ser apresentada pelo Contratante;
- 3.16.** Os treinamentos presenciais deverão ser ministrados nas instalações da Secretaria Municipal de Saúde, em Cataguases/MG, onde estarão disponíveis a infraestrutura necessária;
- 3.17.** Na hipótese de treinamentos realizados na modalidade à distância, desde que solicitado pela Contratada e autorizado pela Contratante, a Contratada deverá utilizar-se de plataforma de videoconferência de sua inteira responsabilidade, disponibilizando ainda ambiente online com permissão de acesso por usuário e senha;
- 3.18.** A Contratada deverá disponibilizar ambiente EaD (Ensino a Distância) com vídeos, tutoriais e conteúdos relativos aos treinamentos, sem qualquer custo à Contratante e com acesso ilimitado para todos os servidores e empregados públicos do município e dos entes da administração pública envolvidos neste processo licitatório;
- 3.19.** O conhecimento deverá ser repassado para os usuários, a fim de que possam utilizar os sistemas e habilitá-los a executar as tarefas de operação e gestão. O treinamento deverá possibilitar todas as operações de inclusão, alteração, exclusão e consulta referente a cada funcionalidade, bem como os cálculos e processos, emissão de relatórios e sua respectiva análise;
- 3.20.** Durante o treinamento, os usuários terão acesso a todas as informações necessárias para a operação dos sistemas, compreenderão o papel das funções dos sistemas e a mudança da sua rotina de trabalho para a nova rotina com o uso dos sistemas;
- 3.21.** A carga horária mínima do treinamento presencial será de 8 (oito) horas, divididas em grupos de 3 (três) a 30 (trinta) participantes, sendo extensivo a todos os servidores usuários indicados pela Contratante, devendo ser executado no horário de expediente da Secretaria Municipal de Saúde (segunda a sexta), ou seja, das 8:00 às 12:00 e de 14:00 às 18:00 nos locais indicados pela Contratante. Excepcionalmente, poderá ser realizado nos finais de semana mediante comum acordo;
- 3.22.** O Sistema deverá estar orientado de acordo com a Política Nacional de Informação e Informática em Saúde – PNIS e com a Rede Nacional de Dados em Saúde – RND;
- 3.23.** O Sistema deverá estar em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);
- 3.24.** Os prestadores de serviço da Contratada, nas dependências das Unidades de Saúde, devem estar devidamente identificados por meio de crachá funcional ou equivalente;
- 3.25.** O acesso ao sistema deverá ocorrer a partir de qualquer lugar, através do uso de login, senhas e de acordo com as normativas legais existentes;
- 3.26.** Os profissionais da Contratada deverão trajar-se de maneira adequada, quando no ambiente da Contratante, e usar linguagem respeitosa e formal no trato com a Gestão e/ou Fiscalização Contratual, os dirigentes da Contratante e usuários;
- 3.27.** Princípios de responsabilidade ambiental devem embasar os serviços ofertados pela Contratada, deve utilizar metodologias que contribuam para a redução do impacto ambiental;
- 3.28.** A Contratada deverá implementar políticas visando à conscientização e sensibilização de seus empregados para a utilização adequada dos recursos utilizados na geração dos serviços objeto desta contratação;
- 3.29.** Os prazos para entrega da solução deverão obedecer aos prazos determinados no cronograma de execução;
- 3.30.** O plano de implantação apresentado pela Contratada será submetido à prévia aprovação do município;
- 3.31.** O plano de implantação terá como prazo de execução máximo os critérios definidos no cronograma de execução;
- 3.32.** A Contratada deverá, após conclusão de cada atividade realizada para implantação da solução, solicitar o Termo de Aceite Definitivo da Implantação, acaso ateste o término do processo de implantação;
- 3.33.** Compreende-se como implantação a instalação, migração / conversão de dados, configuração e a entrega operacional da solução de forma que o software possa ser utilizado plenamente nas Unidades de Saúde;
- 3.34.** O(s) técnico(s) da Contratada responsável(is) pela instalação e configuração dos softwares, deve(m) estar apto(s) para a atividade;



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

- 3.35.** A disponibilização da solução, suporte e manutenção deve ser realizada por profissionais que possuam experiência na solução adquirida, que lhes confirmam as competências necessárias para a realização dos respectivos serviços;
- 3.36.** A equipe técnica da Contratada deverá ser composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da Solução de Tecnologia da Informação;
- 3.37.** A execução dos serviços, objeto deste documento, será acompanhada e fiscalizada por representantes da Contratante;
- 3.38.** A Contratada iniciará a implantação das configurações definidas pela Contratante conforme descrito no cronograma de execução;
- 3.39.** A Contratada deverá realizar todas as atividades necessárias à disponibilização da solução respeitando o horário de funcionamento das Unidades de Saúde;
- 3.40.** A Contratada deverá garantir a segurança das informações da Contratante e se compromete a não divulgar ou fornecer a terceiros, em momento algum, quaisquer dados e informações que tenha recebido da Contratante, a menos que autorizado formalmente e por escrito para tal;
- 3.41.** A Contratada deverá possuir no seu quadro de funcionários, um Gerente de Projetos com formação acadêmica e experiência comprovada, e um profissional com formação acadêmica e experiência comprovada em Gerenciamento em Atenção Básica da Saúde, com a finalidade de comprovar a qualificação técnica;
- 3.42 CONDIÇÕES DE ENTREGA**
- 3.42.1** Os serviços deverão ser efetuados após o envio da Autorização de Fornecimento ao CONTRATANTE, respeitando os quantitativos, descrições e local de entrega contidos no e-mail de envio.
- 3.42.2** O prazo de execução será definido em comum acordo entre as partes, de acordo com o tamanho e complexidade de cada módulo, sendo o prazo máximo em até 90 dias corridos, a partir do envio da Autorização de Fornecimento.
- 3.42.3** Caso não seja possível a execução na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 (dois) dia de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado.
- 3.42.4** As detentoras do presente Contrato serão obrigadas a atender ao pedido num todo.
- 3.42.5** Se a qualidade dos serviços executados não corresponderem às especificações exigidas não será aceito, devendo ser substituída no prazo máximo de 05 (cinco) dias.
- 3.42.6** Os Serviços deverão ser entregues acompanhados da nota fiscal.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

- 5.1** O valor mensal da contratação é de R\$ (.....), perfazendo o valor total de R\$ (.....).
- 5.2** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

- 6.1** O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato, a saber:
- 6.1.1** O pagamento decorrente da concretização desta licitação será efetuado pelo Setor Financeiro da Prefeitura Municipal de Cataguases, por processo legal, no prazo de **30 (trinta) dias** após a apresentação da Nota Fiscal e prestação de serviços que será autorizada pela Secretaria de Saúde.
- 6.1.2** Será feita uma verificação dos resultados de análise objeto da contratação recebida, se em conformidade com as
- 6.1.3** Averiguada qualquer anormalidade, será emitido um termo de não recebimento, devendo nesta hipótese a contratada tomar as devidas providências necessárias visando à adequação de rigor, sem quaisquer ônus a Administração contratante
- 6.1.4** O recebimento definitivo não isenta a contratada da substituição necessária decorrente de impropriedade de materiais somente averiguada quando da efetiva utilização dos mesmos. Nesta hipótese, como de rigor, a contratada realizar as adequações que se fizerem necessária, sem ônus à Administração contratante.
- 6.1.5 Deverão ser enviadas juntamente com as Notas Fiscais as Certidões de Regularidade Fiscal e trabalhista.**
- 6.1.6** Quando for constatada qualquer irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, será imediatamente solicitada à empresa adjudicatária carta de correção quando couber, ou ainda pertinente regularização, que deverá ser encaminhada no prazo
- 6.1.7** Caso a contratada não apresente carta de correção no prazo estipulado, o prazo para pagamento será recontado, a partir da data da sua apresentação.
- 6.1.8 Atender as exigências conforme Decreto 5.811/2023 e tributação vigente.**

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

- 7.1** Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do início do presente contrato sendo ____/____/____ (DD/MM/AAAA).
- 7.2** Em havendo interesse da Contratante em optar pela prorrogação do contrato, os preços serão reajustados pelo índice IPCA, ou outro índice que o Governo Federal ou a Administração Municipal venha a adotar para os Contratos da espécie. Se o mês da assinatura do aditamento contratual não houver sido publicado o índice referido e sua variação, será usado a variação dos imediatamente 12 (doze) meses anteriores.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- 8.1** A CONTRATANTE deverá efetuar o pagamento da Nota fiscal nos prazos acordados no contrato.
- 8.2** A CONTRATANTE deverá NOTIFICAR quando necessário a CONTRATADA através do setor de Licitações, fixando-lhe prazo para corrigir irregularidades observadas na execução do objeto;



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

8.3 A CONTRATANTE não se obriga a realizar a aquisição do quantitativo total;

8.4 A CONTRATANTE poderá rejeitar, no todo ou em parte, o objeto em desacordo com as especificações e condições deste Termo de Referência.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1 A CONTRATADA é obrigada a pagar todos os tributos, contribuições fiscais que incidam ou venham incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos/ objetos deste Termo de Referência;

9.2 A CONTRATADA deverá colocar na nota fiscal o número da autorização de fornecimento e o número de empenho.

9.3 A CONTRATADA deverá executar o serviço, no local indicado, que será definido em comum acordo entre as partes, de acordo com o tamanho e complexidade de cada módulo, sendo o prazo máximo em até 90 dias corridos, a partir do envio da Autorização de Fornecimento.

9.4 A CONTRATADA deverá executar o serviço segundo a descrição, nas quantidades discriminadas na Autorização de Fornecimento enviada previamente.

9.5 A emissão do recebimento definitivo não eximirá o fornecedor de suas responsabilidades, nem invalidará ou comprometerá qualquer reclamação que o órgão contratante venha a fazer, baseada na existência de produto inadequado ou defeituoso.

9.6 A CONTRATADA deverá arcar com todos os ônus referentes a transportes e fretes necessários à execução do objeto.

9.7 A CONTRATADA deverá prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE.

9.8 A CONTRATADA deverá fornecer como parte integrante do licenciamento mensal os serviços de hospedagem em nuvem para o sistema ofertado, próprio ou terceirizado, sob a sua exclusiva responsabilidade, providenciando a instalação, configuração e parametrização hospedando-a em datacenter especializado, configurado com escalabilidade automática de requisições, processamento e armazenamento, sem qualquer custo adicional para a CONTRATANTE caso seja necessário aumento de capacidade de processamento e/ou armazenamento, garantindo sua disponibilidade tanto quanto a estabilidade técnico-operacional para o correto funcionamento do sistema;

9.9 O datacenter deve possuir firewall de borda com técnicas redundantes, a fim de prevenir invasão por falhas nos protocolos TCP/IP, bem como, deve realizar análise do tráfego a fim de inibir ataques do tipo SQL Injection e/ou DDoS (negação de serviço) e possuir disponibilidade multizona e replicação automática de dados, assegurando disponibilidade imediata dos serviços em caso de queda de um dos ambientes;

9.10 O datacenter deverá prestar atendimento técnico integral 24x7x365, compreendendo gestão da infraestrutura responsável pelas máquinas virtuais, segurança da operação e backup diário;

9.11 Os equipamentos e o armazenamento dos dados deverão estar hospedados em um DATA CENTER certificado, o qual atende os padrões da Tier III, ISO20000, ISO27001 e ISAE3402;

9.12 O datacenter, seja próprio da CONTRATADA ou terceirizado, deverá possuir SLA (Garantia do Nível de Serviço) igual ou superior a 99,7%, e tempo de inatividade não superior a 2 (duas) horas, considerando as seguintes situações:

A) Críticas: quando impedem o uso do sistema e devem ser resolvidas em até 2 (duas) horas;

B) Médias: quando impedem o uso de uma ou mais operações não críticas, e devem ser resolvidas em até 4 (quatro) horas;

C) Baixas: quando surgem dúvidas ou problemas que não impeçam a operação normal do sistema, e devem ser resolvidas em até 24 (vinte e quatro) horas.

9.13 Serão desconsiderados para efeito da verificação do nível do SLA mensal, em razão do atendimento ao percentual de estabilidade descrito no item anterior, as seguintes situações que, por ventura, ocorram e causem a inatividade do sistema integrado:

9.14 Manutenções programadas pela CONTRATADA no Centro de Dados e/ou no sistema integrado, desde que, devidamente comunicados antecipadamente, em pelo menos 24 (vinte e quatro) horas, pela CONTRATADA à CONTRATANTE;

9.15 Incidência de fatores fora do controle razoável da CONTRATADA, tais como, porém, sem se limitar a estes: desastres naturais, guerra, atos de terrorismo, tumultos, ações do governo ou falha generalizada nos sistemas de telecomunicação de grande relevância externos ao Centro de Dados;

9.16 A CONTRATADA deverá prover todos os hardwares e softwares necessários para a execução do sistema integrado contratado;

9.17 O datacenter deverá permitir a portabilidade de dados e aplicativos e que as informações do órgão CONTRATANTE estejam disponíveis para transferência de localização, em prazo adequado e sem custo adicional, de modo a garantir a continuidade do negócio e possibilitar eventual transição contratual;

9.18 A CONTRATADA deve garantir que as informações sob custódia do fornecedor serão tratadas como informações sigilosas, não podendo ser usadas por este fornecedor ou fornecidas a terceiros, sob nenhuma hipótese, sem autorização formal do CONTRATANTE;

9.19 Há de se garantir a utilização de datacenter de porte adequado, que possua certificações quanto à sua infraestrutura e processos de segurança, emitidas por organismos de reconhecimento nacional e/ou internacional, passíveis de comprovação, assim como que já estejam consolidados no mercado brasileiro, similares e compatíveis, por exemplo, com os padrões dos seguintes datacenters, entretanto sem se limitar a estes, não tendo relevância a ordem a seguir: Microsoft Azure; IBM Cloud, Google Cloud, Amazon AWS; Equinix e LocaWeb IDC, dentre outros de mesmo nível;

9.20 Fornecer relatórios em meio digital, relativo ao SLA mensal observado, sempre que a CONTRATANTE solicitar, relativamente ao período que especificar, considerando o impacto de eventuais intercorrências, a fim de demonstrar a disponibilidade, seja quanto ao provimento do acesso, via internet pública, tanto quanto a estabilidade técnico-operacional do sistema.



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1 As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

10.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6 É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7 O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9 O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

11.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

12.1 Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv) **Multa:**

(1) Moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30% (trinta por cento) de mais multas que poderão ser apuradas de acordo com a Lei 14.133/2021 em um eventual Processo Administrativo de Responsabilização (PAR), quando necessário.

12.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.7 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo determinado pela Comissão Processante, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

12.8 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.9 Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos

órgãos de controle.

12.10 Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

12.11 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.12 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

12.14 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#)

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

13.1 O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2 O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3 A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4 Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.6 Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

13.7 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.8 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.9 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

Balanco dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

Indenizações e multas.

13.10 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.11 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau ([art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

14.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Centro de Custo 02.09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0012.2.090 – Gestão da Atenção Primária à Saúde.

3.3.90.39.00.00.00.00 02.0621 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (Ficha: 1668)



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: GESTOR DO CONTRATO E FISCALIZAÇÃO

17.1 O contrato, ou instrumento equivalente oriundo desta contratação, terá Fiscal a servidora **Jaqueline Bastos Coutinho**

17.2 Fica sobre a responsabilidade o Secretário de Saúde a gestão do contrato que vai direcionar e acompanhar todo procedimento da empresa contratada juntamente com a fiscal do contrato.

17.3 Na ausência dos servidores que ocupam os cargos acima, os responsáveis tanto pela gestão quanto pela fiscalização serão os servidores que estiverem atuando em substituição aos referidos cargos.

17.4 Compete ao Gestor do Contrato acima identificado exercer a administração do contrato, com atribuições voltadas para o controle das questões documentais da contratação, quais sejam, verificar se os recursos estão sendo empenhados conforme as respectivas dotações orçamentárias, acompanhar o prazo de vigência do contrato, verificar a necessidade e possibilidade da renovação/prorrogação, bem como estudar a viabilidade de realização de reequilíbrio econômico-financeiro e da celebração dos respectivos termos aditivos, etc.

17.5 Compete ao Fiscal do Contrato acima identificado exercer a verificação concreta do objeto, devendo o servidor designado verificar a qualidade e procedência da prestação do objeto respectivo, encaminhar informações ao gestor do contrato, atestar documentos fiscais, exercer o relacionamento necessário com a contratada, dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato etc.

17.6 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17.7 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO (art. 92, §1º)

19.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Cataguases (MG) para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#). Cataguases, ____ de ____ de 2024.

Pregoeiro

Prefeito de Cataguases

Procurador Geral do Município

Testemunhas: _____



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

ANEXO IV

Processo Licitatório nº 064/2024
Pregão Eletrônico nº 039/2024

MODELO DE DECLARAÇÃO

nº _____ A Empresa _____ inscrita no CNPJ sob o
nº _____, sediada (endereço completo),
_____ por seu representante abaixo assinado.

DECLARA, sob as penas da Lei, para todos os efeitos legais que atende plenamente os requisitos de habilitação exigidos no processo licitatório, sob pena das sanções cabíveis; (inciso I do art. 63 da Lei 14.133/21).

Cataguases/MG, _____ de _____ de 2024.

Ass. Responsável

OBS: 1) Esta declaração deverá ser anexada no Sistema do Compras.gov.br como anexo da habilitação.



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

ANEXO V

Processo Licitatório nº 064/2024
Pregão Eletrônico nº 039/2024

MODELO DE DECLARAÇÃO

nº _____ A Empresa _____ inscrita no CNPJ sob
_____, sediada (endereço completo),
_____ por seu representante abaixo assinado.

DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas; (inciso IV do art. 63 da Lei 14.133/21).

Cataguases/MG, _____ de _____ de 2024.

Ass. Responsável

OBS: 1) Esta declaração deverá ser anexada no Sistema do Compras.gov.br como anexo da habilitação.



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

ANEXO VI

Processo Licitatório nº 064/2024
Pregão Eletrônico nº 039/2024

MODELO DE DECLARAÇÃO

nº _____ A Empresa _____ inscrita no CNPJ sob
_____, sediada (endereço completo),
_____ por seu representante abaixo assinado.

DECLARA, sob as penas da Lei, que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas; (inciso IV & 1º do art. 63 da Lei 14.133/21).

Cataguases/MG, _____ de _____ de 2024.

Ass. Responsável

OBS: 1) Esta declaração deverá ser anexada no Sistema do Compras.gov.br como anexo da habilitação.



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

ANEXO VII

Processo Licitatório nº 064/2024
Pregão Eletrônico nº 039/2024

MODELO DE DECLARAÇÃO

A Empresa _____ inscrita no CNPJ sob
nº _____, sediada _____ (endereço completo),
_____ por seu representante abaixo assinado.

DECLARA, sob as penas da lei, de que não possui em seu quadro de pessoal ou sócio/societário servidor do Poder Executivo Municipal nos termos do art. 9º, & 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Cataguases/MG, _____ de _____ de 2024.

Ass. Responsável

OBS: 1) Esta declaração deverá ser anexada no Sistema do Compras.gov.br como anexo da habilitação.



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

ANEXO VIII

Processo Licitatório nº 064/2024
Pregão Eletrônico nº 039/2024

MODELO DE DECLARAÇÃO

A Empresa _____ inscrita no CNPJ sob
nº _____, sediada _____ (endereço completo),
_____ por seu representante abaixo assinado.

DECLARA, sob as penas da Lei, que não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com o Chefe do Poder Executivo Municipal ou com agente público municipal que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do art. 9º, & 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Cataguases/MG, _____ de _____ de 2024.

Ass. Responsável

OBS: 1) Esta declaração deverá ser anexada no Sistema do Compras.gov.br como anexo da habilitação.



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

ANEXO IX

Processo Licitatório nº 064/2024
Pregão Eletrônico nº 039/2024

MODELO DE DECLARAÇÃO

nº _____ A Empresa _____ inscrita no CNPJ sob
nº _____, sediada (endereço completo),
_____ por seu representante abaixo assinado.

DECLARA, sob as penas da Lei, que nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

Cataguases/MG, _____ de _____ de 2024.

Ass. Responsável

OBS: 1) Esta declaração deverá ser anexada no Sistema do Compras.gov.br como anexo da habilitação.



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

ANEXO X

Processo Licitatório nº 064/2024
Pregão Eletrônico nº 039/2024

MODELO DE DECLARAÇÃO

A Empresa _____ inscrita no CNPJ sob
nº _____, sediada _____ (endereço completo),
_____ por seu representante abaixo assinado.

DECLARA, que nossa empresa não está impedida de contratar com a Administração Pública, Direta e Indireta, assim como não foi declarada inidônea pelo Poder Público, de nenhuma esfera; e não existe fato impeditivo à nossa habilitação e contratação.

Cataguases/MG, _____ de _____ de 2024.

Ass. Responsável

OBS: 1) Esta declaração deverá ser anexada no Sistema do Compras.gov.br como anexo da habilitação.



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

ANEXO XI

Processo Licitatório nº 064/2024
Pregão Eletrônico nº 039/2024

MODELO DE DECLARAÇÃO

A Empresa _____ inscrita no CNPJ sob
nº _____, sediada _____ (endereço completo),
_____ por seu representante abaixo assinado.

DECLARA, para fins do disposto no inciso VI do art 68 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, em cumprimento o art. 7º, inciso XXXIII da CF/88, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Cataguases/MG, _____ de _____ de 2024.

Ass. Responsável

OBS: 1) Esta declaração deverá ser anexada no Sistema do Compras.gov.br como anexo da habilitação.